XI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA E
XXIX Semana de Iniciação Científica
Ciência, Inovação e Transformação Social no Semiárido
16 a 19 de Novembro de 2026
URCA-Universidade Regional do Cariri - Campus Iguatu
PRPGP- Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

ENTRE REGISTROS E SILÊNCIOS: GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E DESAFIOS À PERMANÊNCIA ESCOLAR NO CENTRO-SUL DO CEARÁ

Maria Luísa de Freitas Neves[1], Vanessa Lopes Vasconcelos[2], Angelina Silva Pereira[3], Maria Sara Letícia Silva Lima Sousa[4], Lara Ferreira de Sousa[5]

Resumo: A gravidez na adolescência constitui um desafio para a efetivação do direito à educação, especialmente em territórios marcados por desigualdades socioeconômicas e limitações no acesso às políticas públicas de proteção social. Nesse contexto, a presente pesquisa objetiva investigar a relação entre gravidez na adolescência, evasão escolar e garantia do direito à educação na região Centro-Sul do Ceará, considerando a contribuição das creches municipais e das estratégias institucionais de acolhimento para a permanência escolar de adolescentes grávidas, mães e pais adolescentes. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de levantamento institucional, com abordagem quanti-qualitativa, que abrange 13 municípios e analisa o período de 2022 a 2025, compreendendo o contexto de retomada das atividades escolares presenciais após a pandemia de Covid-19. A coleta de dados envolve escolas estaduais de ensino médio, campi do Instituto Federal do Ceará e secretarias municipais de educação, buscando identificar registros de gravidez na adolescência, situações de evasão escolar, medidas de acompanhamento institucional e disponibilidade de vagas em creches. A investigação encontra-se em andamento, tendo sido encaminhados questionários às 26 escolas estaduais contempladas no levantamento e às secretarias municipais responsáveis pela oferta de educação infantil. Até o momento, foram obtidas respostas de 11 escolas e duas secretarias municipais. Os resultados preliminares apontam dificuldades na sistematização e no compartilhamento de informações, divergências entre registros institucionais e indícios de subnotificação dos casos de gravidez na adolescência e de evasão escolar. Identificaram-se, ainda, iniciativas de acolhimento e acompanhamento das estudantes, incluindo flexibilização de atividades escolares, mediação com as famílias, encaminhamentos aos serviços de saúde e assistência social e ações de busca ativa. Entretanto, tais práticas nem sempre estão formalizadas em

[1] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, email: maria.neves06@aluno.ifce.edu.br
[2] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, email: vanessa.vasconcelos@ifce.edu.br
[3] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, email: silva.angelina07@aluno.ifce.edu.br
[4] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, email: sara.lima09@aluno.ifce.edu.br
[5] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, email: lara.ferreira04@aluno.ifce.edu.br

protocolos institucionais, o que pode comprometer sua continuidade e efetividade. Os achados iniciais indicam a necessidade de compreender a evasão escolar associada à gravidez na adolescência para além de decisões individuais, considerando as desigualdades sociais e as condições institucionais que interferem na permanência educacional. Ressalta-se, nesse cenário, a relevância da ampliação do acesso às creches municipais e da articulação intersetorial entre educação, saúde e assistência social. Conclui-se, preliminarmente, que o fortalecimento das políticas de acolhimento, a qualificação dos mecanismos de registro e monitoramento e a ampliação da rede de proteção social constituem medidas importantes para a garantia do direito à educação. A continuidade da investigação permitirá aprofundar a análise dessas relações e subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas à permanência escolar e à redução das desigualdades educacionais no interior cearense.

Palavras-chave: Gravidez na adolescência. Evasão escolar. Creches municipais. Políticas públicas. Adolescentes grávidas.

"Introdução, Metodologia, Resultados e Discussão, Conclusão/Considerações Finais e Referências"

1. Introdução

A gravidez na adolescência constitui um desafio para a efetivação do direito à educação no Brasil, especialmente em regiões marcadas por desigualdades socioeconômicas. No Ceará, aproximadamente 80% das mães adolescentes não concluíram o ensino médio ou não chegaram a ingressar nessa etapa de ensino (IPECE, 2023). No Nordeste, a gravidez na adolescência concentra-se predominantemente na faixa etária de 15 a 19 anos, com significativa presença de jovens cuja escolaridade corresponde ao ensino fundamental (Oliveira et al., 2022). A literatura aponta que a insuficiência de apoio familiar, educacional e institucional, associada às condições de vulnerabilidade social, pode comprometer a continuidade dos estudos e aprofundar desigualdades preexistentes (Pacó; Rabelo, 2022).

Embora a Constituição Federal de 1988 assegure a educação como direito fundamental, a permanência escolar de adolescentes grávidas, mães e pais adolescentes ainda enfrenta obstáculos relacionados à conciliação entre parentalidade e escolarização. Nesse contexto, a pesquisa parte da seguinte problemática: **em que medida a disponibilidade de creches municipais e as estratégias institucionais de acolhimento contribuem para a permanência escolar de adolescentes grávidas, mães e pais adolescentes na região Centro-Sul do Ceará?**

O estudo objetiva investigar a relação entre gravidez na adolescência, evasão escolar e garantia do direito à educação, identificando as condições de acesso às creches e as medidas de acompanhamento adotadas pelas instituições de ensino. A escolha da região Centro-Sul do Ceará justifica-se pela necessidade de ampliar a produção de dados sobre a realidade educacional dos municípios do interior, subsidiando a formulação de políticas públicas intersetoriais. A investigação dialoga, ainda, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3, 4, 5 e 10), especialmente no que se refere à saúde, à educação de qualidade, à igualdade de gênero e à redução das desigualdades (ONU, 2015).

2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de levantamento institucional, com abordagem quantitativa e qualitativa, baseada em documentos oficiais e informações fornecidas por instituições públicas de ensino e secretarias municipais de educação. Dessa forma, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, sendo respeitados os princípios éticos previstos nas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. O estudo está sendo realizado nos 13 municípios da região Centro-Sul do Ceará (Acopiara, Baixio, Cariús, Catarina, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Orós, Quixelô, Saboeiro e Umari), abrangendo escolas estaduais vinculadas às CREDE 16, 17 e 18 e os campi do Instituto Federal do Ceará localizados em Acopiara, Cedro e Iguatu.

O período analisado compreendeu os anos de 2022 a 2025, correspondendo ao retorno das atividades presenciais no contexto pós-pandemia. A coleta de dados contempla por meio de três questionários o levantamento do número de adolescentes grávidas matriculadas nas instituições de ensino, dos índices de evasão escolar e da existência de programas de acolhimento e parcerias entre escolas e creches municipais. Também estamos obtendo informações sobre a quantidade de creches e de vagas disponíveis em cada município. Os dados foram obtidos em registros institucionais e em documentos oficiais, complementados por artigos científicos indexados na base SciELO. As informações foram organizadas em tabelas e gráficos e submetidas à análise quantitativa e qualitativa, buscando identificar a relação entre gravidez na adolescência, evasão escolar e oferta de creches, subsidiando a discussão sobre políticas públicas voltadas à permanência escolar e à garantia do direito à educação.

3. Resultados

A pesquisa encontra-se em andamento e, até o momento, foram enviados questionários às 26 escolas estaduais de ensino médio dos 13 municípios investigados, além das secretarias municipais de educação responsáveis pela oferta de creches. Embora a coleta tenha sido iniciada no primeiro semestre de 2026, o retorno institucional ainda é limitado: 11 escolas responderam aos questionários e apenas duas secretarias municipais encaminharam as informações solicitadas. Essa baixa adesão constitui um resultado relevante, pois evidencia dificuldades na produção e no compartilhamento de dados sobre gravidez na adolescência, maternidade, paternidade e evasão escolar.

Os dados preliminares revelam assimetrias nos registros institucionais. A comparação entre as informações inicialmente disponibilizadas pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC) e aquelas obtidas diretamente junto às escolas indica divergências quanto ao número de casos registrados, à existência de informações sobre evasão escolar e ao acompanhamento das adolescentes. Esses achados sugerem subnotificação e ausência de padronização dos mecanismos de registro, dificultando a elaboração de diagnósticos consistentes e o planejamento de políticas públicas. Observou-se ainda que, enquanto algumas escolas registram informações referentes à idade, série e acompanhamento das estudantes grávidas, outras não possuem dados sistematizados, especialmente sobre paternidade na adolescência. Esse resultado evidencia a invisibilidade institucional dos pais adolescentes e reforça a necessidade de abordagens que contemplem ambos os responsáveis no planejamento das ações educacionais e sociais. As respostas obtidas até o momento indicam que as estratégias de permanência escolar concentram-se em acolhimento, flexibilização de atividades, mediação com as famílias, encaminhamento à rede de saúde e assistência social e busca ativa.

Entretanto, essas ações nem sempre estão formalizadas em protocolos institucionais. Paralelamente, os dados reforçam o papel estratégico das creches municipais como política pública capaz de favorecer a continuidade dos estudos por adolescentes grávidas, mães e pais, ao oferecer suporte ao cuidado infantil. Embora os resultados ainda sejam parciais, eles apontam que a evasão escolar relacionada à gravidez na adolescência deve ser compreendida para além da responsabilização individual, estando associada à insuficiência de políticas públicas integradas de educação, saúde, assistência social e cuidado. A continuidade da pesquisa permitirá consolidar os dados dos municípios investigados, identificar padrões de evasão escolar entre 2022 e 2025 e analisar a relação entre a oferta de creches e a permanência escolar. Espera-se que os resultados subsidiem a elaboração de protocolos de acolhimento, o fortalecimento da articulação intersetorial e a formulação de políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação e à redução das desigualdades enfrentadas por adolescentes grávidas, mães e pais no interior do Ceará.

4. Conclusão

Os resultados preliminares evidenciam fragilidades no registro e no acompanhamento institucional de adolescentes grávidas, mães e pais adolescentes na região Centro-Sul do Ceará. A ausência de dados sistematizados dificulta a identificação dos casos de evasão escolar e compromete o planejamento de políticas públicas. A pesquisa identifica iniciativas de acolhimento nas instituições de ensino, mas aponta limitações em sua formalização e continuidade. Nesse contexto, a oferta de creches municipais e a articulação entre educação, saúde e assistência social representam estratégias relevantes para a garantia do direito à educação. O estudo reforça a necessidade de fortalecer os mecanismos de acompanhamento escolar e ampliar as políticas de apoio à parentalidade na adolescência. Os achados iniciais contribuem para a compreensão dos desafios à permanência escolar e evidenciam a importância de políticas públicas que considerem as desigualdades sociais e as necessidades de adolescentes grávidas, mães e pais adolescentes.

5. Agradecimentos

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pela concessão da bolsa do Programa Bolsa de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e Inovação Tecnológica (BPI) e pelo apoio financeiro que viabiliza o desenvolvimento desta pesquisa. Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – Campus Acopiara, pelo apoio institucional e incentivo à pesquisa. À Profa. Dra. Vanessa Lopes Vasconcelos, pela orientação, dedicação e constante acompanhamento durante a execução deste trabalho. A XI Semana Universitária e XXIX Semana de Iniciação Científica, pela oportunidade de divulgação e socialização dos resultados desta pesquisa.

6. Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.* Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016.* Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Gravidez na adolescência no Ceará: análise dos dados do SINASC.* IPECE Informe, n. 232, Fortaleza, 2023. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2023/08/ipece_informe_232_31Ago2023.pdf. Acesso em: 23 out. 2026.

OLIVEIRA, H. F. C. O. et al. Gravidez na adolescência no Nordeste brasileiro. *Journal of Nursing and Health*, v. 12, n. 2, e2212221182, 2022. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2023/02/1415919/9.pdf. Acesso em: 23 out. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: ONU, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *UNFPA: Brasil segue com índices elevados de gravidez na adolescência.* Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/199938-unfpa-brasil-segue-com-%C3%ADndices-elevados-de-gravidez-na-adolesc%C3%AAncia. Acesso em: 23 out. 2026.

PACÓ, B. R.; RABELO, A. F. A. Perfil epidemiológico da gravidez na adolescência no Nordeste brasileiro: estudo ecológico. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 7, e51411730188, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i7.30188. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/30188. Acesso em: 23 out. 2026.